
Políticas Educacionais em Angola: desafios para a excelência e sustentabilidade

Educational Policies in Angola: challenges for excellence and sustainability

Politiques Éducatives en Angola: défis pour L'excellence et la durabilité

Eldemar Sebastião¹

Universidade de Aveiro, Portugal

eldemarjoao94@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objectivo compreender os principais desafios das políticas educacionais em Angola para garantir a excelência educativa e a sustentabilidade do desenvolvimento. Parte-se do problema da persistência de limitações estruturais, institucionais e pedagógicas que comprometem a qualidade, a equidade e a eficácia do sistema educativo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica crítica e na análise de documentos oficiais, relatórios estatísticos e legislação educacional angolana. Os resultados indicam que, apesar dos avanços normativos e da expansão do acesso à educação, persistem desafios significativos, como insuficiência de infraestruturas, desigualdades regionais, défice na formação de professores, fraca articulação entre políticas e contextos locais e limitações no financiamento. Evidencia-se também a necessidade de políticas mais participativas, contextualizadas e orientadas para a formação profissional e inclusão social. Conclui-se que a garantia da excelência e sustentabilidade educacional depende do fortalecimento da gestão educacional, do investimento contínuo, da valorização dos saberes locais e da articulação entre educação, desenvolvimento social e económico, como base para o progresso sustentável de Angola.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Excelência Educativa; Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

This article aims to understand the main challenges of educational policies in Angola in ensuring educational excellence and sustainable development. The study addresses the problem of persistent structural, institutional, and pedagogical limitations that affect the

¹ Mestre em Desenvolvimento Curricular e Doutorando em Administração e Políticas educacionais na Universidade de Aveiro.

quality, equity, and effectiveness of the education system. Methodologically, this is a qualitative theoretical study based on critical literature review and analysis of official documents, statistical reports, and Angolan educational legislation. The results show that despite normative progress and expansion of access to education, significant challenges remain, including insufficient infrastructure, regional inequalities, weak teacher training, poor alignment between policies and local realities, and funding limitations. The findings also highlight the need for more participatory and context-based policies focused on professional training and social inclusion. It is concluded that ensuring educational excellence and sustainability depends on strengthening educational governance, continuous investment, valuing local knowledge, and aligning education with social and economic development as a foundation for Angola's sustainable progress.

Keywords: Educational Policies; Educational Excellence; Sustainable Development.

Résumé

Cet article vise à comprendre les principaux défis des politiques éducatives en Angola pour garantir l'excellence éducative et la durabilité du développement. Le problème repose sur la persistance de limitations structurelles, institutionnelles et pédagogiques qui compromettent la qualité, l'équité et l'efficacité du système éducatif. Sur le plan méthodologique, il s'agit d'une étude théorique qualitative fondée sur une revue critique de la littérature et l'analyse de documents officiels, de rapports statistiques et de la législation éducative angolaise. Les résultats montrent que, malgré les progrès normatifs et l'expansion de l'accès à l'éducation, des défis importants subsistent, notamment l'insuffisance des infrastructures, les inégalités régionales, le déficit de formation des enseignants, la faible articulation entre les politiques et les réalités locales, ainsi que les limitations de financement. L'étude souligne également la nécessité de politiques plus participatives et contextualisées, orientées vers la formation professionnelle et l'inclusion sociale. Il est conclu que la garantie de l'excellence et de la durabilité éducative dépend du renforcement de la gouvernance éducative, de l'investissement continu, de la valorisation des savoirs locaux et de l'articulation entre éducation et développement durable en Angola.

Mots-clés: Politiques Éducatives; Excellence Éducative; Développement Durable.

Introdução

A educação, é um direito humano fundamental e o motor do paradigma do desenvolvimento sustentável, portanto, ocupa um lugar central no processo de formulação de políticas em sociedades pós-conflito, como Angola. Como afirma Delors et al., (2010), a comissão da UNESCO, a educação é “indispensável ao ser humano para sobreviver, desenvolver suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar

plenamente do desenvolvimento e aprimorar sua qualidade de vida.” (p.15) Esta afirmação revigora a perspectiva de que a educação não é apenas um serviço, mas um dos pilares estratégicos para a mudança social.

A educação, de um obscuro domínio da esfera doméstica, tornou-se progressivamente um tema central nos debates políticos, a nível nacional e internacional. Esta passagem da educação da esfera doméstica para a esfera pública, com a centralidade que lhe é atribuída nos processos de desenvolvimento humano, coloca problemas complexos ao estudo das políticas educacionais. (Teodoro, 2003, p. 7)

A Escola é um fenómeno global e tem tido uma progressiva expansão a todas as camadas e grupos sociais criando uma organização pedagógica para ter capacidade de abranger um sempre crescente número de alunos, mas a crise de regulação e intergração social que a escola vive, não tem permitido o cumprimento eficaz da sua tarefa formadora e emancipadora (Teodoro, 2003). A ação educativa pode ser entendida como organizada em três níveis interdependentes de decisão. No “plano político”, são definidos os fins gerais que orientam a educação; no “nível da gestão educacional”, essas orientações são traduzidas em finalidades que permitem a sua operacionalização; e, no “nível da realização”, estabelecem-se objetivos específicos que correspondem aos resultados concretos esperados das práticas pedagógicas. Esta perspectiva foi inicialmente apresentada por D’Hainaut (1980)² e posteriormente retomada por (Sousa, 2008, p. 2), ao analisar a relação entre a política educativa, a gestão das instituições e a prática pedagógica.

A educação é um direito humano que não se limita ao simples acesso à escola, mas envolve também a garantia de qualidade, equidade e princípios democráticos, o que implica que as políticas públicas considerem as dimensões sócio-históricas, sociolinguísticas, socioculturais e socioideológicas, de modo a responder adequadamente às especificidades do contexto (Lemos, 2013). Nesta perspectiva, o

² D’Hainaut, L. (1980). Educação: Dos fins aos objectivos - A análise e a conceção das políticas educativas, dos programas da educação, dos objetivos operacionais e das situações de ensino. Coimbra: Almedina.

direito à educação integra o conjunto dos direitos humanos e sociais, assumindo um papel fundamental na promoção da igualdade entre os indivíduos.

A política pública educacional em Angola evidencia dois aspetos críticos relevantes: por um lado, observa-se o crescimento e a valorização do ensino privado e, por outro, mantêm-se dificuldades significativas no acesso ao ensino público por parte de uma parcela considerável da população estudantil, situação que fragiliza os princípios de equidade e justiça social. Esse cenário contrasta com o disposto no artigo 23.º, n.º 1, da Constituição da República de Angola (2010), que estabelece o princípio da igualdade de todos perante a lei (Angola, 2010). Conforme destaca Carlos (2022), a análise das políticas educacionais angolanas demonstra a existência de contradições entre os compromissos assumidos pelo Estado no plano internacional e a realidade concreta marcada por exclusão educacional, sobretudo entre grupos socialmente vulneráveis.

A Globalização pode ser definida como um conjunto de mudanças no cenário político, social, económico e cultural com impacto mundial, influenciando para formas de funcionamentos sociais similares a nível mundial (Campos & Canavezes, 2007). A globalização neoliberal impulsionou a privatização, tornando irreversíveis as fragilidades e mercantilizando o ensino universitário público (Santos, 2005, p. 141). Em Angola, esses desafios estão intimamente associados aos objetivos delineados no Plano Nacional de Desenvolvimento (2018), que posicionam a educação no núcleo das condições estruturais para o desenvolvimento social e económico (PND, 2018).

Esta investigação parte do problema da persistência de limitações estruturais, institucionais e pedagógicas que comprometem a qualidade, a equidade e a eficácia do sistema educativo e tem como objetivo compreender os principais desafios das políticas educacionais em Angola para garantir a excelência educativa e a sustentabilidade do desenvolvimento.

Este artigo está organizado em quatro partes: a base teórica sobre política educacional; análise das políticas públicas angolanas; alguma discussão sobre educação e formação profissional; e desafios e perspectivas em relação à política de excelência na educação.

A seção final: conclusão, resume reflexões-chave e sugere direções futuras para ação e investigação.

Política Educacional como Prática Social

As políticas educacionais referem-se há um conjunto de normas e diretrizes concebidas para regular o sistema educativo de um determinado país, a mesma, abrange desde as orientações de funcionamento, currículos, até as questões orçamentais e infraestruturais. A sua regulação operacional garante a organização, inclusão e desenvolvimento no sistema educativo (Maria & Borges, 2024). As políticas não podem ser pensadas e planejadas de forma exclusiva dentro do circuito Estado-nação, pois a mesma é expansiva e flui além das assimetrias nacionais passando para capilaridades transnacionais (Ball & Mainardes, 2011).

De acordo com Ball e Mainardes (2011), as Políticas de forma mais simples são declarações organizadas pelos seus atores, que visam dirigir e responder problemas sociais na prática, em vários sectores, incluindo o da educação, sendo o Estado fundamentalmente o principal ator. As políticas educacionais geralmente são concebidas em contextos que as condições infraestruturais estão criadas, minimamente ou amplamente, sem levar em conta as questões regionais de variação contextual, de recursos e dos poderes locais, isto em qualquer nível de ensino.

Sendo assim, essa perspectiva é necessária para compreender a complexidade das políticas para a educação em lugares como Angola, onde a tradução das dimensões históricas e socioculturais são essências para criação de políticas educacionais abrangentes e eficientes.

Das diversas tarefas fundamentais do Estado, de acordo com a Constituição da República de Angola de 2010, em seu artigo 21º, destacamos as seguintes:

g) Promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito, nos termos definidos por lei; [...] i) Efetuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das

crianças e dos jovens, bem como na educação; [...] o) Promover a melhoria sustentada dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos (Angola, 2010).

Estas alinhadas acima citadas, vêm assegurar a tarefa do Estado, em garantir a universalidade no acesso ao ensino, o investimento multilateral na área da educação e promover o desenvolvimento sustentável dos angolanos.

Tabela 1- Princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo Angolano (Lei nº 32/20)

Princípios	Descrição
Art. 6º Legalidade	Cumprir a Constituição e demais leis do país.
Art. 7º Integralidade	Educação como processo completo e articulado.
Art. 8º Laicidade	Sem vínculo religioso ou ideológico.
Art. 9º Universalidade	Educação acessível para todos, em todos níveis de ensino.
Art. 10º Democraticidade	Igualdade de oportunidades e participação ativa.
Art. 11º Gratuitidade	Ensino primário público sem custos para o aluno.
Art. 12º Obrigatoriedade	Ensino primário obrigatório para todas as crianças.
Art. 13º Intervenção do Estado	O Estado regula, apoia e garante o sistema educativo.
Art. 14º Qualidade dos Serviços	Padrões elevados no ensino e aprendizagem.
Art. 15º Promoção de Valores	Incentivo à cidadania, moral, respeito e identidade nacional.
Art. 16º Língua de Ensino	Português como língua base, com inclusão possível de línguas nacionais/internacionais.

Fonte. (Angola, 2020)

Estes artigos acima citados, vêm assegurar a tarefa do Estado, em garantir a universalidade no acesso ao ensino em todos níveis, a igualdade de oportunidades no acesso e frequência escolar, sem discriminação e a promoção da equidade.

O Sistema de Educação e Ensino em Angola é regulado pelo Estado, através do Ministério da Educação (MED) e do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), cujos pressupostos legais são sustentados pela (Lei nº 32/20) LBSEE (Angola, 2022). A agenda 2030, caracterizada pelo ODS 4, estabelece a visão de “educação inclusiva e equitativa de qualidade”, e responsabiliza os países

contra “aprendizagens tendenciosas e desigualdade” (UNESCO, 2017, p. 6). Em um país como Angola, essa responsabilidade é tida como certa, como refletido na construção de programas como o MED (PND, 2018). Esse entendimento sustenta a noção de que a excelência da educação não está vinculada à medida do que resultaria dela, e que inclui valores éticos, consciência crítica e participação democrática.

Santos (2006), oferece uma sugestão para uma "epistemologia do Sul" baseada na valorização do conhecimento popular, comunitário e local, que rompe com o modelo único de racionalidade eurocêntrica. (p.19) Esta última visão confirma no caso de Angola, onde a cultura e a língua são diversas, a necessidade de políticas contextuais que levem em conta a realidade da área. Delors et al., (2010), também observa “educar é aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser”, os quatro pilares da aprendizagem para o século XXI. A apropriação de tal visão implica revisar práticas curriculares, metodológicas e de formação de professores com o objetivo de efetivar a reconstrução de sociedades mais justas e inclusivas.

Tabela 2 - Referente aos pilares da educação de acordo com Jacques Delors (2012)

Pilares da Educação	Descrição e objetivos
Aprender a viver juntos	Desenvolvendo conhecimentos acerca dos outros e criar um espírito novo que conduza a uma gestão inteligente e apaziguadora de inevitáveis conflitos.
Aprender a conhecer	Tendo em conta ao progresso científico, económico e social, há que se conciliar conhecimentos gerais vastos para ser dominante, isto por meio de uma educação permanente.
Aprender a fazer	Além da aprendizagem de uma profissão, há que se adquirir competências e qualificações mais amplas que prepare o indivíduo para enfrentar numerosas situações quotidianas a fim de manter o equilíbrio sócio económico e alcançar o desenvolvimento permanente.
Aprender a ser	Além da capacidade de autonomia, discernimento e de responsabilidade pessoal, deve-se evidenciar outros tesouros do interior como o sentido estético, comunicacional e o carisma natural.

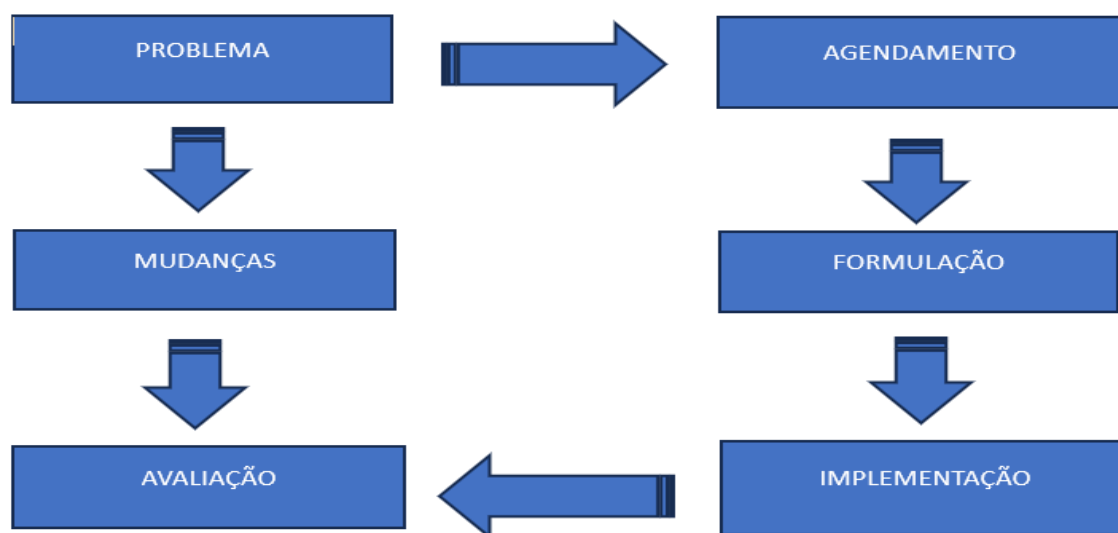
Fonte. (Delors, 2012).

Um Perfil Geral das Políticas Educacionais Atuais em Angola

Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 17/16) e atualmente com a (Lei 32/20) em vigor, pode-se perceber que Angola está construindo políticas públicas para expandir o acesso, melhorar a qualidade e implementar a inclusão educacional. No Plano Nacional de Desenvolvimento (PND, 2018), a educação foi definida como um fator determinante para a promoção da cidadania, coesão nacional, desenvolvimento econômico e social. Os objetivos estabelecidos buscam aumentar a cobertura escolar, particularmente no nível primário, e fortalecer a preparação dos professores, como meio de aprimorar a qualidade do ensino.

No entanto, como (Villas-Boas et al., 2016), observa, a diferença que existe entre a definição de política e sua implementação em termos concretos, é um dos principais desafios enfrentados pelos países africanos em transição democrática,” sendo Angola um caso ilustrativo. Disparidades regionais existentes, escassez de infraestrutura e baixas taxas de retenção em áreas rurais continuam.

Figura 1. Etapas do ciclo político



Fonte. (Rodrigues, 2014).

Tabela 3 - Síntese descritiva das etapas do ciclo político

Etapa	Descrição
1. Definição do Problema e agendamento	Reconhecimento de uma situação que requer intervenção estatal. Pode vir de cidadãos, mídia ou gestores públicos. Seleção dos problemas que entrarão na pauta governamental. Implica disputa política e capacidade institucional.
2. Formulação das medidas de Política e tomada de Decisão	Definição das alternativas de ação (programas, leis, projetos). Envolve estudos técnicos e negociação política. Escolha da alternativa mais viável pelo poder decisório (governo, parlamento ou instância superior).
3. Implementação	Execução concreta da política por meio de programas, orçamento, pessoal e instituições.
4. Avaliação e mudanças	Monitoramento e análise dos resultados e impactos. Pode levar à correção, reformulação ou encerramento da política. Redefinição da política com base na avaliação ou sua descontinuação se os objetivos não forem alcançados.

Fonte. (Rodrigues, 2014).

Segundo Isata (2020), a legislação educativa angolana contempla e salvaguarda alguns direitos e deveres fundamentais da criança, mas a prática mostra-nos uma realidade diferente por razões conjunturais. O que acontece é que o “processo de produção das políticas públicas educativas pelo executivo, baseia-se fundamentalmente numa fase de prescrição caracterizada pela emissão de normas gerais sem ter em conta a fase de recolha de informação nas bases” (Isata, 2020, p. 11). “O Governo implementa políticas públicas considerando fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, mas desconsidera as realidades educativas e locais das regiões, comprometendo a formação do tipo de cidadão desejado. A falta de contextualização prejudica a eficácia das políticas”. (p.111)

Os principais protagonistas institucionais na educação angolana são o Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP) e os governos municipais e Organizações da Sociedade Civil. A integração entre esses níveis é geralmente fragmentada e burocratizada, no entanto. Como (Villas-Boas et al.,

2016), argumenta, a falta de meios formais de participação comunitária mina a legitimidade e a eficácia da política educacional. Em nível global, a UNESCO tem auxiliado Angola a desenvolver documentos sobre os ODS, particularmente para o ODS 4 para qualidade da educação, a cooperação com organizações multilaterais fornece suporte técnico, mas a apropriação local das políticas ainda é limitada pela dependência de modelos externos (UNESCO, 2017). ODS 4 - Educação de Qualidade é um dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável recomendados pelas Nações Unidas na Agenda 2030 da ONU e busca promover educação inclusiva e equitativa de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Principais Objectivos do ODS 4: provisão de educação gratuita, justa e de qualidade nos níveis primário e secundário; fornecer educação infantil de qualidade para preparar as crianças para o ensino primário; garantir acesso igualitário a programas de educação técnica/profissional e superior; acabar com as disparidades de gênero na educação e garantir acesso igualitário para todos; alfabetização e matemática básica para jovens e adultos (UNESCO, 2017). Para Kuebo e Filho (2024), a “crise econômica internacional resultou em pouco financiamento da educação, dificultando o acesso ao ensino formal para muitas crianças. “Apesar dos investimentos do Governo no setor educativo, Angola ainda enfrenta altos índices de pobreza, resultado dos conflitos passados. A desconexão entre a política educacional e as realidades locais contribui para o agravamento da situação social do país” (Isata, 2020, p. 111). Segundo Garcia (2020), “verificou-se que há uma grande procura pelo acesso ao ensino superior, mas o número de vagas disponibilizadas pelo governo angolano para acesso às instituições de ensino superior públicas é insuficiente para atender à alta demanda desse subsistema de ensino”. (p.70)

Caracterização das Políticas de Formação Profissional em Angola

A formação técnico-profissional constituiu um dos eixos da política educacional angolana. Sob o Plano de Desenvolvimento da Educação, há ênfase na "diversificação das ofertas de formação em áreas estratégicas de desenvolvimento nacional (PND, 2018). Os centros integrados de formação profissional (CINFOP) e Escolas técnicas

buscam preparar cidadãos para o mercado de trabalho, mas afirmam que encontram obstáculos e precisam gerenciar fatores que dificultam o desenvolvimento, como obsolescência tecnológica, falta de professores especializados e desconexão com o setor produtivo (Mbangui, 2023). Para serem eficazes, as políticas precisarão ser vividas, traduzidas e reatribuídas em termos de práticas locais (Hostins & Rochadel, 2019). Isso alude à necessidade de incluir modelos intergeracionais na formação, através do reconhecimento da participação das comunidades no desenvolvimento curricular e na troca de experiências formativas.

Tabela 4 - Ensino Primário (2022-2023)

Indicador	Valor Absoluto	Percentual (%)
Alunos matriculados	5.383.867	61,2% da educação não superior
Escolas públicas	8.666	66,8% do total
Escolas público-privadas	805	6,2%
Escolas privadas	3.496	27,0%
Total de escolas	12.967	100%
Turmas ao ar livre	11.849	10,9% das turmas
Taxa de aprovação	—	75%
Taxa de conclusão	—	58%

Fonte. (MED, 2025, pp. 12–18).

Principais dificuldades encontradas neste subsistema: infraestruturas inseguras, com baixo nível de recursos técnico e materiais, particularmente em regiões rurais (Cunene e Huíla, onde 38 % participam de aulas ao ar livre); escassez de professores, com salas de aula superlotadas; falta de recursos pedagógicos e tecnológicos; baixa taxa de conclusão como um sinal de retenção formativa alta (MED, 2025). Logo, as principais dificuldades circundam pelas insuficiências no campo infraestrutural, de recursos pedagógicos, materiais e tecnológicos, adicionando a escassez de professores e baixa taxa conclusiva do nível por parte dos alunos.

Tabela 5 - Ensino Secundário (2022–2023)

Indicador	I Ciclo	II Ciclo	Percentual (%)
Alunos matriculados	1.631.988	959.564	29,4% da educação não superior
Escolas públicas	684	788	38,0% do total
Escolas público-privadas	112	98	5,6%
Escolas privadas	1.025	1.090	56,4%
Total de escolas	1.821	1.976	100%
Taxa de aprovação	—	—	72% (I Ciclo), 70% (II Ciclo)
Taxa de conclusão	—	—	44% (I Ciclo), 12% (II Ciclo)

Fonte. (MED, 2025, pp. 19–25).

Principais dificuldades encontradas neste subsistema: alta taxa de abandono escolar, especialmente no II Ciclo; fraqueza nas disciplinas mais importantes, como matemática e língua portuguesa; a lacuna no acesso educacional a nível regional; não há laboratórios ou bibliotecas em mais de 60% das escolas; taxa de conclusão, que é baixa para refletir a escola mantida (MED, 2025).

Portanto, as principais dificuldades passam pela limitação de acesso escolar, alto índice de abandono escolar e dificuldades de aprendizagem em algumas disciplinas, falta de laboratórios, bibliotecas e baixa taxa conclusiva do nível por parte dos alunos.

Tabela 6 - Indicadores do Ensino Superior (2021–2022)

Indicador	Valor Absoluto	Percentual (%)
Alunos matriculados	320.432	—
Instituições públicas	30	30,6%
Instituições privadas	68	69,4%
Total de instituições	98	100%
Vagas públicas	24.438	15% das vagas totais
Vagas privadas	134.472	85% das vagas totais

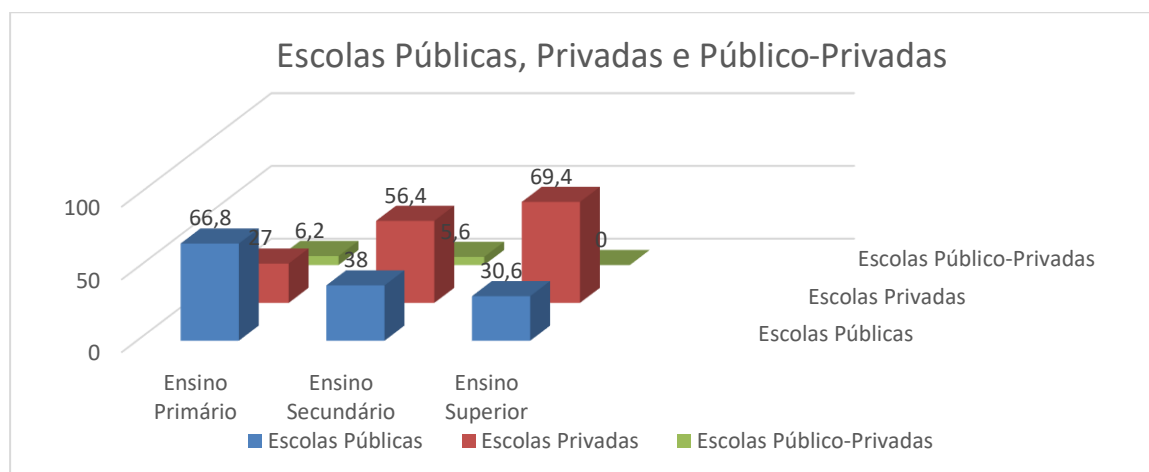
Fonte. (INE, 2024, pp. 8–15).

Principais dificuldades encontradas neste subsistema: concentração geográfica de faculdades e corpo docente; investimento insuficiente em fundos públicos e

infraestrutura; baixa taxa de empregabilidade dos graduados; ausência de políticas durante a era da inovação e ciência (MED, 2025).

Pois, as principais dificuldades são detectadas no número insuficiente de infraestruturas em relação a demanda, falta de políticas reguladoras das TICS e ciências, na concentração geográfica de faculdades, o que dificulta o acesso para aqueles que residem em zonas mais longínquas das mesmas e carência de direcionamento dos quadros formados ao mercado de trabalho.

Gráfico 1. Dados percentuais correspondentes ao número de Escolas Públicas, Privadas e Público-Privadas.



Fonte. (INE, 2024).

Os dados de números de Escolas acima apresentados, nos levam a compreender que o Estado investe mais em Escolas primárias, correspondente a 66,8%, sendo ainda assim insuficiente e investe menos nas escolas secundárias e superiores e a demanda é superior a oferta o que leva a muitas crianças, jovens e adultos ficarem fora do sistema de ensino, também por não terem verbas para ingressar no ensino privado (MED, 2019).

Limites, Inovação, Equidade e Inclusão das Políticas Educativas Atuais

Embora Angola tenha avançado na estruturação de suas políticas públicas educativas, ainda existem barreiras significativas que limitam sua efetividade. O Plano Nacional de Desenvolvimento reconhece que “orçamento adequado” a educação enfrenta insuficiências graves em matéria de cobertura, qualidade e equidade (PND, 2018, p. 45). A escassez de financiamento, a desigualdade regional, o déficit na formação docente e a burocratização excessiva são entraves recorrentes.

As políticas educativas estão inevitavelmente envolvidas em relações de poder, controle e resistência, o que explica, em parte, os conflitos entre intenção e prática. Além disso, o próprio processo de monitoramento e avaliação das políticas carece de mecanismos participativos e indicadores sensíveis à diversidade cultural e territorial (Ball & Mainardes, 2011).

A excelência educacional não pode estar dissociada dos princípios de equidade e inclusão. Para Freire (1996), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, reforçando que a inovação pedagógica deve partir do reconhecimento das realidades vividas. Em Angola, isso implica adaptar currículos e metodologias às especificidades das comunidades rurais e urbanas, respeitando sua diversidade linguística e cultural. (p.49)

Santos (2006) complementa: “a pedagogia emancipatória desafia a homogeneização, valorizando saberes plurais e lógicas alternativas”, a valorização das línguas nacionais, da história local e da aprendizagem comunitária são estratégias essenciais para promover uma educação de qualidade. (p. 97)

Procedimentos metodológicos

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa teórica, de abordagem qualitativa, com natureza descritiva e exploratória. O estudo baseou-se na revisão bibliográfica crítica e na análise documental, com o objetivo de compreender os principais desafios das políticas educacionais em Angola para garantir a excelência educativa e a sustentabilidade.

Foram analisados livros, artigos científicos, legislação educacional angolana, relatórios institucionais e documentos oficiais, incluindo o Plano Nacional de Desenvolvimento, relatórios da UNESCO e dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística. A seleção das fontes teve como critério a relevância científica, atualidade e pertinência temática.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa seguiu as seguintes etapas: levantamento bibliográfico, análise documental, organização temática das informações e interpretação crítica dos dados à luz do referencial teórico adotado.

Apresentação e Discussão dos Resultados

A revisão bibliográfica e documental permitiu identificar que as políticas educacionais em Angola registraram avanços significativos no plano normativo e na expansão do acesso ao ensino, particularmente no nível primário. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, o ensino primário concentra a maior percentagem de alunos matriculados, representando mais de 60% do total da educação não superior.

Apesar deste avanço, os estudos analisados evidenciam a persistência de importantes limitações estruturais. Entre os principais desafios destacam-se a insuficiência de infraestruturas escolares, a existência de turmas ao ar livre, a escassez de professores qualificados e a insuficiência de recursos pedagógicos, sobretudo nas zonas rurais.

No ensino secundário, os dados indicam elevadas taxas de abandono escolar e baixas taxas de conclusão, especialmente no II ciclo, evidenciando dificuldades de retenção e progressão escolar.

No ensino superior, verifica-se uma forte predominância de instituições privadas, bem como limitações no número de vagas públicas, o que restringe o acesso de grande parte da população.

Além disso, a literatura aponta que as políticas educacionais angolanas enfrentam dificuldades relacionadas com a fraca articulação entre a formulação das políticas e as

realidades locais, bem como limitações no financiamento e na implementação efetiva das estratégias educativas.

Os resultados evidenciam que, embora Angola tenha desenvolvido um quadro legal consistente para o setor educativo, persistem desafios estruturais que comprometem a garantia da excelência educativa e da sustentabilidade. Esses achados confirmam as perspectivas teóricas que defendem que a eficácia das políticas educacionais depende não apenas da sua formulação, mas também da sua implementação e adaptação aos contextos locais.

A insuficiência de infraestruturas, a escassez de professores e as desigualdades regionais demonstram a existência de uma discrepância entre os objetivos das políticas educacionais e a realidade prática do sistema educativo. Além disso, a forte presença do setor privado no ensino superior evidencia limitações na capacidade do Estado em garantir o acesso universal à educação, o que pode contribuir para o agravamento das desigualdades sociais.

A literatura analisada também destaca a necessidade de políticas educacionais mais participativas, inclusivas e contextualizadas, que valorizem os saberes locais e promovam a formação profissional como estratégia para o desenvolvimento sustentável. Assim, os resultados confirmam que a garantia da excelência educacional em Angola depende do fortalecimento da gestão educacional, do aumento do investimento público e da melhoria da articulação entre políticas educativas e necessidades sociais.

Conclusão

A análise realizada permitiu compreender que as políticas educacionais em Angola apresentam avanços significativos no plano normativo e estratégico, refletindo o compromisso do Estado com a promoção da educação e do desenvolvimento sustentável. No entanto, persistem desafios estruturais que comprometem a garantia da excelência educativa, nomeadamente a insuficiência de infraestruturas, as

desigualdades regionais, a escassez de professores qualificados e as limitações no financiamento do setor.

Os resultados demonstram que existe uma discrepância entre os objetivos definidos nas políticas educacionais e a realidade prática da sua implementação, o que evidencia a necessidade de reforçar os mecanismos de gestão, monitorização e avaliação das políticas públicas educacionais.

Do ponto de vista prático, recomenda-se o aumento do investimento público no setor educativo, a melhoria das infraestruturas escolares, o reforço da formação e valorização dos professores e a promoção de políticas educacionais mais participativas e contextualizadas, que considerem as realidades locais. Recomenda-se ainda o fortalecimento da formação profissional como estratégia para promover a empregabilidade e o desenvolvimento sustentável.

Como limitação do estudo, destaca-se o facto de se tratar de uma revisão bibliográfica, não incluindo investigação empírica. Assim, sugere-se que estudos futuros realizem investigações de campo, de modo a aprofundar a compreensão sobre a implementação das políticas educacionais em Angola.

Conclui-se que a garantia da excelência e sustentabilidade educacional depende do fortalecimento da governação educativa, do investimento contínuo e da implementação de políticas mais inclusivas e adaptadas ao contexto nacional.

Referências bibliográficas

- Angola. (2022). Relatório da Consulta Nacional. *Cimeira Sobre a Transformação Da Educação*.
- Ball, S. J., & Mainardes, J. (2011). *Políticas Educacionais: Questões e Dilemas* (1st ed.). Cortez Editora.
- Campos, L., & Canavezes, S. (2007). *Introdução a Globalização*. Instituto Bento Jesus Caraça Departamento de Formação da CGTP-IN.
- Carlos, M. L. S. (2022). Políticas públicas como elemento fundamental para pensar a educação em Angola. *Ensaios Pedagógicos*, 6(1), 56–63.
- Delors, J. (2010). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*. (7th ed.). Cortez Editora.
- Hostins, R. C. L., & Rochadel, O. (2019). Contribuições de Stephen Ball para o campo das políticas educacionais. *Revista on Line de Política e Gestão Educacional*, 23(1), 61–84. <https://doi.org/10.22633/rpge.v23i1.11947>
- Isata, B. A. da S. (2020). *A educação em Angola e os postulados da Unesco: Uma reflexão crítica do ensino primário em Angola*.
- Lemos, V. (2013). Políticas públicas de educação: Equidade e sucesso escolar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 73, 151–159. <https://doi.org/10.7458/SPP2013732812>
- Maria, & Borges. (2024). O que é políticas educacionais e sua importância. *Consultoria Genealógica*.
- Mbangui, M. (2023). Qualificação e Formação Profissional: os desafios na região africana para a posteridade sócio económica das próximas gerações. *ENAPTSS: Encontro Nacional de Administração Pública Trabalho e Segurança Social*.
- Ministério da Educação. (2019). *Anuário Estatístico da Educação*.
- Ministério da Educação (2025). *Anuário estatístico da educação - Angola 2022/2023*.
- Governo de Angola (2018). *Plano Nacional de Desenvolvimento - Angola 2018-2022*.

- Rodrigues, M. de L. (2014). *Exercícios de Análise de Políticas Públicas* (1st ed.). Imprensa Nacional- Casa da Moeda e ISCETE- IUL.
- Santos, B. de S. (2005). A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. *Educação Cultura e Sociedade*, (23), 137–202.
- Sousa, J. M. (2008). *Que espaço para o professor na definição de políticas educativas e curriculares?* (pp. 220–227). LivPsic.
- Teodoro, A. (2003). *Globalização e Educação. Políticas Educacionais e Novos Modos de Governança*.
<https://doi.org/https://scielo.pt/pdf/rle/n12/n12a12.pdf>
- UNESCO. (2017). *Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável: Aprendendo para transformar o mundo*.
- Villas-Boas, S., Oliveira, A. L., Ramos, N., & Montero, I. (2016). A educação intergeracional no quadro da educação ao longo da vida: Desafios intergeracionais, sociais e pedagógicos. *Investigar Em Educação*, (5).

Leis e Normativos

- Angola. Constituição da República de Angola (CRA). Ministério da Educação de Angola (2010).
- Angola. Decreto 21/91 de 21 de junho. Informação sobre o Regulamento da abertura e funcionamento de estabelecimentos do ensino particular. Assembleia Constituinte. Luanda. ANGOLA.
- Angola. Gabinete de Estudos, P. e. (2019). *Anuário Estatístico da Educação*. Ministério da Educação de Angola, Departamento de Estudos e Estatística. Dipassos (SU), Lda.
https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_638121499449003596.pdf
- Angola. Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto do Ministério da Educação de Angola *(2020). Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de Educação Reforma



Educativa do Ensino Primário e Secundário. Assembleia Constituinte. Luanda.
Angola.

Recebido: 29/07/2025

Aceite: 13/04/2026



Este artigo está licenciado sob a licença: Creative [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Multidisciplinar N'Kwa Zayi.